

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Constitucionalismo	1
1.1. Constitucionalismo, democracia e constituições escritas: coisas distintas....	1
1.2. Acepções quanto ao constitucionalismo.....	1
1.3. Conceito	2
1.4. Histórico	3
1.4.1. Antiguidade	3
1.4.1.1. Os Hebreus.....	3
1.4.1.2. Grécia.....	4
1.4.1.3. Roma.....	4
1.4.2. Idade Média – A Carta Magna de 1215.....	4
1.4.3. Idade Moderna.....	5
1.5. O legado norte-americano	6
1.6. O legado francês	10
1.7. O constitucionalismo de hoje	12
Capítulo 2 – A Constituição.....	21
2.1. A ideia de Constituição	21
2.1.1. Conceito	21
2.2. Visões sobre a Constituição.....	22
2.2.1. Visão sociológica.....	22
2.2.2. Visão jurídica	23
2.2.3. Visão política.....	23
2.2.4. Visão positivista.....	23
2.2.5. Visão marxista.....	24
2.2.6. Visão institucionalista.....	24
2.2.7. Visão suave	24

2.2.8. Visão plástica	24
2.2.9. A Constituição como estatuto do poder	24
2.2.10. Constituição como ordem material e aberta da comunidade	25
2.2.11. Visão dirigente	26
2.2.12. Visão sistêmica	26
2.2.13. Constituição como processo público	26
2.2.14. Visão simbólica	27
2.3. O Princípio da Supremacia Constitucional	30
2.4. O Princípio da Rigidez Constitucional	32
2.5. A possibilidade de controle de constitucionalidade	33
2.6. Quem deve ser o Guardião da Constituição?	34
2.6.1. A proposta de Carl Schmitt	34
2.6.2. A proposta de Hans Kelsen	38
2.7. O protagonismo do Supremo Tribunal Federal	41
2.8. O uso indevido do discurso constitucional	42
Capítulo 3 – Presunção de Constitucionalidade das Leis	45
3.1. Democracia direta e democracia indireta	45
3.2. Presunção de constitucionalidade das leis	47
3.3. O caráter excepcional da declaração de inconstitucionalidade das leis	47
Capítulo 4 – Bloco de Constitucionalidade	49
4.1. Conceito de parâmetro de controle e de bloco de constitucionalidade	49
4.2. A Constituição como algo além do seu texto	50
4.3. Os princípios constitucionais implícitos	51
4.3.1. O Princípio da Busca da Felicidade como princípio constitucional implícito	51
4.3.1.1. O caso Marcos José e o Princípio da Busca da Felicidade como princípio constitucional implícito	52
4.3.1.2. Outros precedentes do Supremo Tribunal Federal reconhecendo o Princípio da Busca da Felicidade como princípio constitucional implícito	54
4.3.1.3. A PEC da Felicidade	56
4.3.1.4. O direito à busca da felicidade no mundo	57
4.4. A questão do preâmbulo da Constituição	60

Capítulo 5 – Espécies de Inconstitucionalidade	65
5.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	65
5.1.1. A força normativa da Constituição	65
5.1.2. Inconstitucionalidade por ação	66
5.1.3. Inconstitucionalidade por omissão.....	66
5.1.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial	67
5.1.4. Ações constitucionais voltadas a combater a omissão inconstitucional ...	68
5.2. Inconstitucionalidade material e formal	68
5.2.1. Diferenças.....	68
5.2.2. Inconstitucionalidade material.....	69
5.2.2.1. Inconstitucionalidade por desvio de poder ou excesso de Poder Legislativo	69
5.2.3. Inconstitucionalidade formal	70
5.2.3.1. Inconstitucionalidade formal orgânica.....	71
5.2.3.2. Inconstitucionalidade formal subjetiva.....	71
5.2.3.2.1. Sanção posterior e vício de iniciativa.....	71
5.2.3.3. Inconstitucionalidade formal objetiva	72
5.2.3.4. Medida provisória aprovada sem emendas não se submete a veto presidencial.....	73
5.2.3.5. O STF não ingressa no exame de constitucionalidade dos chamados atos <i>interna corporis</i>	74
5.2.4. Cumulatividade de inconstitucionalidade material e formal.....	74
5.2.5. Conclusão	75
5.3. Inconstitucionalidade total e parcial.....	76
5.3.1. Inconstitucionalidade total.....	76
5.3.2. Inconstitucionalidade parcial.....	76
5.3.2.1. Princípio da Parcelaridade.....	77
5.3.3. Manutenção da norma inconstitucional em razão do agravamento da situação caso haja pronúncia de nulidade	78
5.3.4. Inconstitucionalidade em virtude de dependência unilateral	79
5.3.5. Conclusão	80
5.4. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme à Constituição	80
5.4.1. A Lei nº 9.868/1999 – Os efeitos vinculantes da interpretação conforme e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	84
5.5. Decisões manipulativas – O STF e a experiência da Corte Constitucional italiana.....	85
5.5.1. Sentença de revisão constitucional.....	86
5.5.2. Sentenças manipulativas aditivas	87

5.5.3.	Sentenças manipulativas aditivas de princípio.....	90
5.5.4.	Sentenças manipulativas substitutivas.....	91
5.5.5.	Críticas.....	93
5.5.6.	Inconstitucionalidade derivada/ consequente/ por arrastamento	95
5.6.	Inconstitucionalidade direta e indireta.....	97
5.6.1.	Inconstitucionalidade indireta.....	97
5.6.2.	Inconstitucionalidade direta.....	99
5.6.2.1.	Os decretos autônomos do Presidente da República.....	100
5.6.3.	Inconstitucionalidade originária e superveniente	100
5.6.3.1.	Diferenças básicas.....	100
5.6.4.	Questões polêmicas sobre inconstitucionalidade superveniente.....	102
5.6.5.	Impossibilidade de constitucionalidade superveniente no Brasil.....	102
5.7.	Inconstitucionalidade progressiva	103
5.8.	Inconstitucionalidade chapada e inconstitucionalidade enlouquecida	103

Capítulo 6 – Espécies de Controle de Constitucionalidade 105

6.1.	Quanto ao órgão fiscalizador	105
6.1.1.	Quem deve ser o guardião da Constituição?	105
6.1.1.1.	Controle político	105
6.1.1.2.	Controle jurisdicional.....	106
6.1.1.3.	Controle misto	107
6.1.1.4.	O modelo brasileiro.....	108
6.2.	Momentos de controle.....	109
6.2.1.	Controle preventivo	109
6.2.1.1.	Controle preventivo pelo Poder Executivo.....	109
6.2.1.2.	Controle preventivo pelo Poder Legislativo.....	110
6.2.1.3.	Controle preventivo pelo Poder Judiciário.....	111
6.2.1.3.1.	Possibilidade de controle preventivo (via de exceção) pelo Poder Judiciário sobre proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusulas pétreas... 111	
6.2.1.3.2.	Impossibilidade de controle preventivo pelo Poder Judiciário sobre atos <i>interna corporis</i>	112
6.2.1.3.3.	Impossibilidade de controle preventivo pelo Poder Judiciário sobre a regular tramitação de propostas legislativas	112
6.2.2.	Controle repressivo.....	113
6.2.2.1.	Controle repressivo pelo Poder Judiciário – controle concentrado.....	113
6.2.2.2.	Controle repressivo pelo Poder Judiciário – controle difuso.....	113
6.2.2.3.	Controle repressivo pelo Poder Legislativo	114
6.2.2.4.	Recusa, pelo chefe do Poder Executivo, à aplicação da lei por reputá-la inconstitucional	115

6.3. O controle de constitucionalidade e o Tribunal de Contas	117
6.4. A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	119
Capítulo 7 – A Declaração de Inconstitucionalidade de Relações Privadas – Horizontalização dos Direitos Fundamentais.....	121
Capítulo 8 – Mutação Constitucional.....	129
8.1. Introdução	129
8.2. O mito da vontade do legislador.....	130
8.3. Mutação constitucional – Doutrina estrangeira.....	131
8.4. Mutação constitucional – Doutrina nacional	133
8.5. Mutação constitucional – Supremo Tribunal Federal	134
Capítulo 9 – Nota Histórica Sobre o Controle de Constitucionalidade Brasileiro.....	137
9.1. A Constituição de 1824	137
9.1.1. Introdução.....	137
9.1.2. A soberania do parlamento e o Poder Moderador	137
9.1.3. Conclusão	137
9.2. A Constituição de 1891	138
9.2.1. Introdução.....	138
9.2.2. O controle difuso de constitucionalidade.....	138
9.2.3. Ausência de instrumento semelhante ao <i>stare decisis</i> – O anúncio de um grave problema	139
9.3. A Constituição de 1934	139
9.3.1. Introdução.....	139
9.3.2. A cláusula de reserva de plenário.....	139
9.3.3. O Senado Federal e a suspensão da eficácia da lei declarada inconstitucional em controle difuso de constitucionalidade	140
9.3.4. A representação interventiva.....	141
9.3.5. Vedação à apreciação das questões políticas.....	141
9.3.6. O mandado de segurança	141
9.4. A Constituição de 1937	142
9.4.1. Introdução.....	142
9.4.2. A manutenção da cláusula de reserva de plenário	142
9.4.3. O enfraquecimento do papel do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição	142

9.4.4.	O nebuloso contexto político	143
9.4.5.	Vedação à apreciação das questões políticas.....	143
9.4.6.	Extinção da representação interventiva e do papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade difuso.....	143
9.4.7.	Esvaziamento do mandado de segurança	144
9.4.8.	Conclusões.....	144
9.5.	A Constituição de 1946	144
9.5.1.	Introdução.....	144
9.5.2.	A retomada das competências do Supremo Tribunal Federal.....	144
9.5.3.	O retorno do papel do Senado Federal no controle difuso de constitucionalidade.....	145
9.5.4.	O retorno da representação interventiva	145
9.6.	Emenda nº 16, de 1965.....	147
9.6.1.	O batismo do controle concentrado de constitucionalidade.....	147
9.6.2.	O batismo do controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	147
9.7.	A Constituição de 1967/1969	147
9.8.	A Constituição de 1988	148
9.8.1.	Democracia constitucional	148
9.8.2.	A ampliação do rol de legitimados a propor ADI	148
9.8.3.	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	149
9.8.4.	A ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	149
9.8.5.	O controle concentrado de constitucionalidade estadual	150
9.8.6.	A Emenda nº 45 e as súmulas vinculantes	150
9.8.7.	ADI interventiva (ou representação interventiva)	150
9.8.8.	A ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção.....	150
9.8.9.	Cautelar em controle concentrado de constitucionalidade.....	151
Capítulo 10 – O Judicial Review		153
10.1.	A origem – O caso <i>Marbury versus Madson</i>	153
10.2.	A legitimidade do <i>Judicial Review</i>	156
10.3.	O <i>Judicial Review</i> no Direito Constitucional brasileiro	158
10.3.1.	O ideal de Rui Barbosa.....	158
10.3.2.	Ausência de instrumento semelhante ao <i>stare decisis</i> – O anúncio de um grave problema	159
Capítulo 11 – Controle Difuso.....		161
11.1.	Explicações introdutórias.....	161
11.2.	Questões processuais do controle difuso de constitucionalidade	163

11.3. Atos passíveis de sofrer controle difuso de constitucionalidade.....	164
11.3.1. Direito pré-constitucional.....	164
11.3.2. Lei ou ato normativo municipal.....	164
11.3.3. Leis ou atos normativos distritais.....	165
11.3.4. Espécies normativas.....	166
11.3.5. Propostas de emenda à Constituição tendentes a abolir cláusulas pétreas.....	166
11.3.6. Leis ou atos normativos de efeitos concretos.....	167
11.3.7. Tratados internacionais.....	168
11.3.8. Atos normativos estrangeiros à luz do ordenamento estrangeiro.....	170
11.3.9. Atos privados.....	170
11.4. Atos insuscetíveis de controle difuso de constitucionalidade.....	171
11.4.1. Normas originárias.....	171
11.4.2. Atos <i>interna corporis</i>	171
11.4.3. Outros.....	172
11.5. Legitimados a promover o exercício do controle difuso de constitucionalidade.....	173
11.6. Cláusula de reserva do plenário.....	174
11.6.1. Previsão constitucional.....	174
11.6.2. Quórum, plenário e órgão especial.....	174
11.6.3. Súmula vinculante nº 10.....	177
11.6.4. Exceção à cláusula de reserva de plenário.....	178
11.7. Rito e participação de <i>amicus curiae</i> no controle difuso nos tribunais.....	180
11.8. O controle difuso e a ação civil pública.....	187
11.8.1. Introdução.....	180
11.8.2. Impossibilidade – Ação civil pública tendo como objeto do pedido declaração de inconstitucionalidade.....	181
11.8.3. Possibilidade – Ação civil pública tendo como causa de pedir declaração de inconstitucionalidade.....	181
11.9. Controle difuso de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal.....	183
11.9.1. O recurso extraordinário.....	183
11.9.1.1. Recurso extraordinário e recurso especial interpostos simultaneamente.....	184
11.9.1.2. Necessidade de ofensa direta para cabimento de recurso extraordinário.....	186
11.9.1.3. Necessidade de juntada do acórdão proferido no incidente de inconstitucionalidade para conhecimento do recurso extraordinário.....	187

11.9.1.4. Possibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade de ofício pelo Supremo Tribunal Federal – O “caso Roriz” e a virada jurisprudencial.....	189
11.9.1.5. Rito no Supremo Tribunal Federal.....	193
11.9.1.6. O papel do Senado Federal na declaração de inconstitucionalidade em sede de controle difuso de constitucionalidade.....	194
11.9.1.6.1. A expressão “no todo ou em parte”.....	194
11.9.1.6.2. Efeitos <i>ex tunc</i>	196
11.9.1.6.3. Procedimento no Senado Federal de edição da resolução.....	198
11.9.1.6.4. A ideia de mutação constitucional – O pensamento de Gilmar Mendes.....	198
11.9.1.6.5. Controle de constitucionalidade sobre a resolução	200
11.9.1.6.6. Impossibilidade – Resolução e decisão do Supremo Tribunal Federal acerca de direito pré-constitucional ou aplicações das técnicas de interpretação conforme ou declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	201
11.10. A repercussão geral e o Supremo Tribunal Federal.....	204
11.10.1. Introdução.....	204
11.10.2. A relevância social, política, econômica ou jurídica.....	206
11.10.3. Possibilidade de apreciação da repercussão geral via questão de ordem.....	207
11.10.4. A exigência de preliminar formal de repercussão geral.....	208
11.10.5. Presunção de repercussão geral.....	208
11.10.6. A possibilidade das turmas reconhecerem repercussão geral.....	209
11.10.7. Questão de ordem no STF sobre matérias com jurisprudência dominante.....	210
11.10.8. Possibilidade de desistência do <i>leading case</i>	210
11.10.9. A escolha do <i>leading case</i> e a nova disposição do Regimento Interno.....	212
11.10.10. Recurso extraordinário sobrestado e competência para julgar cautelar visando dar-lhe efeito suspensivo.....	212
11.10.11. Regimes de sobrestamento.....	213
11.10.11.1. Momento.....	213
11.10.11.1.1. A necessidade de <i>distinguishing</i> quanto aos recursos que não versem exatamente quanto ao mesmo tema do <i>leading case</i> com repercussão geral.....	213
11.10.11.2. Recursos interpostos de acórdãos publicados antes de 03 de maio de 2007.....	220
11.10.11.3. O sobrestamento no Superior Tribunal de Justiça.....	221
11.10.11.4. O sobrestamento no CARF.....	222
11.10.11.5. Os agravos de instrumento.....	222

11.10.11.6. Conversão de AI em RE.....	223
11.10.11.7. Questões práticas quanto ao acompanhamento das decisões da repercussão geral	224
11.10.11.8. Qual recurso é cabível em caso de decisão que declara prejudicado RE interposto tendo em vista o julgamento da matéria pelo STF em sede de repercussão geral?.....	224
11.10.11.9. Incompetência do STF para apreciar ação cautelar que busca a concessão de efeito suspensivo a RE sobrestado na origem, em face do reconhecimento da existência da repercussão geral da questão constitucional nele discutida.....	226
11.10.11.10. Impossibilidade de o STF, por meio de reclamação, ou agravo de instrumento, apreciar a correção da aplicação de precedente em repercussão geral	227
11.10.11.11. Efeitos colaterais – O caso TST.....	227
11.10.11.12. Efeitos colaterais – A remessa dos autos pela instância <i>a quo</i> como espécie de embargos de declaração.....	228
11.10.11.13. A possibilidade de flexibilização da jurisprudência do STF quanto à impossibilidade de a Corte admitir recursos contra a aplicação indevida dos precedentes firmados em repercussão geral.....	229
11.10.11.14. Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	230

Capítulo 12 – O Plenário Virtual 235

12.1. Apresentação.....	235
12.2. Procedimento.....	236
12.2.1. A expansão da competência do Plenário Virtual.....	237
12.2.2. A polêmica possibilidade do julgamento do mérito do RE no Plenário Virtual.....	238
12.2.3. É cabível a manifestação de <i>amicus curiae</i> no Plenário Virtual?.....	239

Capítulo 13 – Súmula Vinculante..... 241

13.1. Introdução.....	241
13.2. Participação de interessados.....	244
13.3. Quórum de aprovação	245
13.4. Legitimidade de proposição	245
13.5. Classe processual.....	246
13.6. Tramitação	246
13.7. Eficácia.....	248
13.8. É possível modulação de efeitos em súmula vinculante?.....	248
13.9. Súmula vinculante tem efeito impeditivo de recurso	248

13.10. Efeitos da súmula vinculante quanto aos processos administrativos no âmbito federal	248
13.11. Cabimento de reclamação.....	249
13.12. Questão superveniente	249
13.13. Sustentação oral.....	249
13.14. Revisão ou cancelamento da súmula vinculante.....	250
13.15. Diferença entre súmula vinculante e súmula não vinculante.....	252
13.16. Necessidade de observância da súmula vinculante por decisões proferidas antes de sua edição.....	252
13.17. Vedação – Reclamação contra demora no julgamento de recurso que inova súmula vinculante	253
13.18. Súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal.....	253
Capítulo 14 – <i>Amicus curiae</i> em Controle de Constitucionalidade.....	257
14.1. Apresentação.....	257
14.2. Conceito	259
14.3. O <i>amicus curiae</i> no direito comparado.....	260
14.4. <i>Amicus curiae</i> como <i>litigating amicus</i>	264
14.5. Peter Häberle e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição	270
14.6. <i>Amicus curiae</i> perante o STF.....	271
14.7. <i>Amicus curiae</i> no controle difuso no Supremo Tribunal Federal.....	273
14.8. Inadmissibilidade de <i>amicus curiae</i>	273
14.9. Até quando é permitido o pedido de ingresso como <i>amicus curiae</i> ?	275
14.10. <i>Amicus curiae</i> pode sustentar oralmente?.....	275
14.10.1. O retrocesso do STJ quanto à sustentação oral do <i>amicus curiae</i>	276
14.11. <i>Amicus curiae</i> e a ausência de legitimidade recursal	276
14.12. Procuração e impossibilidade de carga dos autos	278
14.13. O <i>amicus curiae</i> como controlador da qualidade do <i>leading case</i> escolhido na repercussão geral	278
14.14. A participação de <i>amicus curiae</i> nos demais tribunais	280
14.15. Conclusão.....	283
Capítulo 15 – Audiências Públicas – STF.....	285
15.1. Introdução.....	285
15.2. Legitimidade para convocação de audiência pública e objeto.....	285
15.3. Rito da audiência pública.....	286

15.4. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal	286
15.5. Rejeição de pedido de audiência pública	290
15.6. Conclusão.....	290
Capítulo 16 – Controle Concentrado de Constitucionalidade	291
16.1. A introdução do controle concentrado no Brasil.....	291
16.2. A influência de Hans Kelsen no modelo de controle concentrado.....	291
16.3. O marco deixado pelo Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1	292
16.4. Conceito.....	292
16.4.1. Controle: concentrado, abstrato, objetivo, de via de ação, por via principal ou em tese	293
16.4.1.1. Controle concentrado.....	293
16.4.1.2. Controle abstrato ou em tese	293
16.4.1.3. Controle objetivo	294
16.4.1.4. Controle por via de ação ou por via principal.....	294
16.5. Controle concentrado X controle difuso.....	295
16.5.1. Precedência do controle concentrado sobre o controle difuso.....	295
16.6. Desnecessidade de comprovação do interesse de agir	298
16.7. Ações constitucionais do controle concentrado	298
16.8. O Supremo Tribunal Federal como legislador negativo – Um dogma que tem sido superado	299
16.9. Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal próximos à atuação de legislador positivo	300
Capítulo 17 – Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	305
17.1. Introdução	305
17.2. Lei nº 9.868/1999	305
17.3. Finalidade	305
17.4. Características	306
17.5. Legitimados	306
17.5.1. Legitimados para os quais se dispensa o advogado.....	307
17.5.2. Legitimados que necessitam de advogado.....	308
17.5.3. Legitimados a opor embargos de declaração	309
17.5.4. A representação no Congresso Nacional pelos partidos políticos.....	310
17.5.4.1. Legitimidade superveniente do partido político	311
17.5.4.2. Perda da legitimidade superveniente do partido político	311
17.5.4.3. Momento da aferição da legitimidade do partido político	311

17.5.5. Legitimidade das associações ou entidades de classe de âmbito nacional e as confederações sindicais.....	312
17.5.5.1. As associações de associações.....	313
17.5.5.2. A ilegitimidade das centrais sindicais.....	313
17.5.5.3. Entidade sindical e registro.....	313
17.5.5.4. Impossibilidade de comprovação, na mesma ADI, de legitimidade superveniente de associação anteriormente havida como ilegítima.....	314
17.6. Pertinência temática.....	314
17.6.1. Partido político e a desnecessidade de pertinência temática.....	316
17.7. Objeto.....	318
17.7.1. Normas constitucionais originárias.....	318
17.7.2. Disposições da Constituição propriamente ditas (Emendas constitucionais).....	319
17.7.3. Leis ou atos normativos do Distrito Federal.....	319
17.7.4. Leis.....	320
17.7.5. Tratados internacionais.....	321
17.7.6. Resoluções.....	323
17.7.7. Decretos do Poder Executivo.....	324
17.7.8. Leis estaduais.....	325
17.7.9. Medida provisória convertida em lei.....	325
17.7.10. Parecer normativo da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente.....	326
17.7.11. Controle da Proporcionalidade e da Razoabilidade das Leis.....	326
17.7.12. Políticas públicas.....	328
17.7.13. Lei orçamentária.....	329
17.7.14. Atos de tribunais no exercício de função atípica (administrativa).....	330
17.7.15. Medidas provisórias que abrem créditos extraordinários.....	330
17.8. Atos Normativos estrategicamente revogados – A mudança de posição.....	331
17.9. Atos afastados do controle concentrado de constitucionalidade.....	332
17.9.1. Lei ou ato normativo, federal ou estadual, anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988.....	332
17.9.2. Lei ou ato normativo municipal.....	333
17.9.3. Leis ou atos normativos de eficácia exaurida.....	333
17.9.4. Medidas provisórias com prazo expirado.....	333
17.9.5. Súmulas.....	334
17.9.6. Convenções coletivas de trabalho.....	334
17.9.7. Lei que veicula matéria estranha ao enunciado de sua ementa.....	335
17.9.8. Atos estatais de efeitos concretos.....	335
17.9.9. Inconstitucionalidade progressiva.....	335

17.9.10. Outros	336
17.9.11. Parâmetro de controle substancialmente reformado ou revogado – A nova posição do STF.....	336
17.10. Inconstitucionalidade por violação de marcos temporais estabelecidos pela Constituição Federal – Ausência de pronúncia de nulidade	338
17.11. Parâmetro de controle.....	338
17.12. Princípio do pedido	339
17.13. Causa de pedir aberta.....	339
17.14. Inconstitucionalidade consequente/derivada/ por arrastamento	341
17.15. Petição inicial	342
17.16. Impossibilidade de desistência da ação.....	343
17.17. Imprescritibilidade	345
17.18. Pedido de informações.....	345
17.18.1. <i>Amicus curiae</i>	346
17.18.2. Audiências públicas.....	347
17.18.3. Outras informações	347
17.19. Impossibilidade da intervenção de terceiros	348
17.19.1. Litisconsórcio.....	348
17.20. A nova posição do STF quanto à atuação do AGU.....	349
17.21. Atuação do PGR.....	351
17.22. Tramitação paralela de ações diretas no tribunal local e no STF.....	352
17.23. Atuação do relator.....	352
17.23.1. A questão do quórum do STF.....	353
17.23.2. Quórum de sessão e quórum de julgamento	354
17.23.3. O Ministro Presidente e a Emenda Regimental nº 35 (caso de empate).....	355
17.23.4. A intimação para o julgamento	358
17.23.5. Suspeição ou impedimento	358
17.24. Procuração de advogado de Governador especialmente habilitado	362
17.25. Procedimento de análise de pedido cautelar.....	362
17.25.1. Concessão monocrática de cautelar em ADI e vedação à usucapião da legalidade	364
17.25.2. Eficácia da medida cautelar concedida	365
17.25.3. Efeito ripristinatório da cautelar	367
17.25.4. Cautelar e não vinculação do Poder Legislativo.....	367
17.26. Natureza dúplice ou ambivalente	368
17.27. Regra: efeitos <i>ex tunc</i>	369

17.28. Efeitos para o Poder Legislativo – Vedação à fossilização da Constituição	369
17.29. Efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade em sede de controle concentrado.....	371
17.30. Eficácia repristinatória e necessidade de impugnar os atos normativos, que, embora revogados, exteriorizem os mesmos vícios de inconstitucionalidade que inquinam a legislação revogadora.....	371
17.31. Não cabimento de recursos e início do efeito da decisão.....	372

Capítulo 18 – Ação Declaratória de Constitucionalidade 375

18.1. Introdução.....	375
18.1.1. Presunção de constitucionalidade das leis.....	375
18.1.2. Segurança jurídica.....	376
18.2. Requisito de admissibilidade.....	376
18.3. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma.....	377
18.4. Medida Cautelar.....	377
18.4.1. O prazo estabelecido para eficácia da medida cautelar.....	378
18.5. Não atuação do Advogado-Geral da União.....	379
18.6. Recomendação.....	379
18.7. ADI = ADC.....	380
18.8. ADI ≠ ADC.....	381

Capítulo 19 – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.... 383

19.1. Introdução.....	383
19.2. A nova Lei nº 12.063, de 27 de outubro de 2009.....	387
19.3. Legitimidade ativa.....	387
19.4. Legitimação passiva.....	389
19.5. Objeto.....	390
19.6. Necessidade de abuso na mora.....	391
19.7. Possibilidade – ADO e perda superveniente do objeto.....	392
19.8. Possibilidade – ADO e cumulação de pedidos (Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão).....	392
19.9. Vedação – ADO e declaração de autoaplicabilidade de norma constitucional.....	393
19.10. Vedação – ADO e dispositivo constitucional autoaplicável.....	394

19.11. Vedação – ADO e prática de ato administrativo concreto	394
19.12. Vedação – ADO e conversão em mandado de injunção	394
19.13. Vedação – Ação popular substituir ADO	395
19.14. Competência	395
19.15. ADO nas Constituições Estaduais	395
19.16. A desnecessidade de atuação do Advogado-Geral da União	396
19.17. O Procurador-Geral da República.....	397
19.18. Prazo	397
19.19. Rito e petição inicial	397
19.20. A concessão de medida cautelar	398
19.21. Os efeitos da decisão na ADO.....	399
19.22. O caso do Município Luís Eduardo Magalhães na Bahia.....	400
19.22.1. Omissão inconstitucional e modulação de efeitos	404
19.23. A omissão inconstitucional e o Supremo Tribunal Federal.....	405
19.24. Suspensão dos processos.....	407
19.25. Marco temporal a partir do qual a decisão do Supremo Tribunal Federal gera efeitos.....	408
Capítulo 20 – Mandado de Injunção	411
20.1. Considerações gerais	411
20.2. Legitimidade passiva	412
20.3. A reparação de danos causados pela omissão inconstitucional	412
20.4. A autoaplicabilidade do mandado de injunção	413
20.5. Perda superveniente de objeto.....	413
20.6. Vedação – Mandado de Injunção e controle concentrado de constitucionalidade	414
20.7. Vedação – Mandado de Injunção e ato concreto	414
20.8. Vedação – Mandado de Injunção como substituto de Mandado de Segurança.....	414
20.9. Vedação – MI e tipificação do crime de responsabilidade	414
20.10. Vedação – Agravo regimental contra despacho que indefere pedido de liminar em MI	415
20.11. Vedação – MI e lei regulamentadora de Direito Constitucional.....	415
20.12. Legitimidade Ativa	415

20.12.1. Possibilidade – Mandado de injunção coletivo.....	416
20.12.2. Critério para constatação da mora.....	416
20.12.3. Legitimidade do Ministério Público	417
20.12.4. Legitimidade passiva	418
20.13. Cautelar.....	418
20.14. Competência.....	419
20.14.1. MI contra Ministério do Trabalho	419
20.14.2. MI contra Autarquia Federal.....	419
20.14.3. MI contra Ministro de Estado.....	419
20.14.4. MI contra TJDF.....	420
20.14.5. MI contra DNOCS.....	420
20.15. MI nas Constituições estaduais.....	420
20.16. Os efeitos das decisões proferidas na ADO e no MI.....	421
20.17. Efeitos do MI.....	421
Capítulo 21 – Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	429
21.1. A Federação Brasileira	429
21.2. Intervenção	434
21.2.1. Introdução.....	434
21.2.2. ADI interventiva federal (ou representação interventiva).....	434
21.2.3. Excepcionalidade	437
21.2.4. Objeto.....	438
21.2.5. Competência.....	438
21.2.6. Legitimidade	438
21.3. A natureza jurídica da ADI Interventiva (ou Representação Interventiva)	439
21.4. Representação e atos concretos – O Caso Mato Grosso	440
21.5. Procedimento da representação interventiva segundo o Regimento Interno do STF	440
21.6. Cautelar na representação – A grande novidade da Lei nº 12.562/2011	442
21.7. <i>Amicus curiae</i>	442
21.8. Decisão.....	443
21.9. Decreto interventivo e controle jurisdicional	446
21.9.1. O caso da Intervenção Federal no DF	447
21.10. ADI Interventiva Estadual.....	449
21.10.1. Objeto	449
21.10.2. Exceção	449
21.10.3. Excepcionalidade.....	449

21.10.4. Competência.....	449
21.10.5. Legitimidade.....	449
21.10.6. Procedimento da ADI Interventiva Estadual	450

Capítulo 22 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF..... 451

22.1. ADPF – Uma novidade no controle concentrado de constitucionalidade	451
22.2. A ideia da ADPF.....	452
22.3. Amparo constitucional.....	454
22.4. Norma constitucional de eficácia limitada.....	454
22.5. A Lei nº 9.882/1999	455
22.6. Modalidades de ADPF.....	457
22.6.1. ADPF – Características centrais.....	457
22.6.2. ADPF autônoma.....	458
22.6.3. ADPF incidental.....	459
22.7. Definição acerca do que seria preceito fundamental.....	462
22.8. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido.....	465
22.9. Legitimidade.....	465
22.10. Vedação – ADPF contra veto do Poder Executivo	466
22.11. Vedação – ADPF contra súmula.....	467
22.12. Vedação – ADPF e pedido de curatela de nascituro	467
22.13. Vedação – ADPF contra coisa julgada.....	467
22.14. Petição inicial	467
22.15. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	469
22.16. <i>Amicus curiae</i>	469
22.17. Subsidiariedade da ADPF.....	471
22.18. Medida liminar.....	473
22.19. Decisão	474
22.20. Modulação de efeitos	477
22.21. Decisão em ADPF e reclamação.....	477
22.22. Possibilidade – Conversão de ADPF em ADI.....	478

Capítulo 23 – Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade 481

23.1. O plano de existência, de validade e de eficácia da norma.....	481
23.2. Modelo norte-americano (nulidade) X Modelo Austríaco (anulabilidade)	482

23.2.1. O modelo norte-americano – Thomas Marshall (nulidade).....	482
23.2.2. O modelo austríaco – Hans Kelsen (anulabilidade).....	482
23.2.3. O modelo brasileiro.....	484
Capítulo 24 – Doutrina Prospectiva – Modulação de Efeitos.....	485
24.1. Doutrina prospectiva – Modulação de efeitos.....	485
24.2. Estados Unidos da América	486
24.3. Áustria.....	490
24.4. Espanha	490
24.5. Itália	491
24.6. Portugal	491
24.7. Alemanha.....	492
24.8. França.....	492
24.9. Brasil.....	493
24.9.1. Previsão legal.....	493
24.9.2. O carácter bifásico do julgamento.....	495
24.9.3. Embargos de declaração e modulação de efeitos – Exceção à regra.....	496
24.9.4. Modulação, pelo Supremo, tanto em controle concentrado como em controle difuso	496
24.9.5. Modulação de efeitos em controle difuso de constitucionalidade em razão da declaração de inconstitucionalidade de lei.....	498
24.9.6. Modulação de efeitos em controle difuso de constitucionalidade em razão de virada jurisprudencial	499
24.9.7. Modulação de efeitos em controle concentrado de constitucionalidade em razão de excepcional interesse social.....	500
24.9.8. Modulação de efeitos por juízes e tribunais em sede de controle difuso	501
24.9.9. Modulação de efeitos sobre juízo de revogação	501
24.10. Eficácia da declaração de inconstitucionalidade e os atos singulares praticados.....	502
Capítulo 25 – Reclamação	503
25.1. Nota histórica.....	503
25.2. Construção jurisprudencial	504
25.3. Legitimidade.....	504
25.4. Causa de pedir aberta.....	505
25.5. Natureza jurídica	505
25.6. Objeto	506

25.7. Possibilidade – Reclamação contra declaração incidental de inconstitucionalidade em ação civil pública com efeitos <i>erga omnes</i>	507
25.8. Possibilidade – Reclamação contra suspensão de exigibilidade de lei concedida por meio de concessão de liminar em mandado de segurança	507
25.9. Possibilidade – Reclamação contra desobediência a decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de concessão de medida cautelar em ADI ou ADC.....	507
25.10. Possibilidade – Reclamação contra desobediência a decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de suspensão de segurança	508
25.11. Possibilidade – Reclamação contra decisão baseada em lei de conteúdo idêntico à lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado	509
25.12. Vedação – Reclamação contra declaração incidental de inconstitucionalidade	510
25.13. Vedação – Reclamação como sucedâneo de ação rescisória	511
25.14. Vedação – Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante praticado pela Administração antes do esgotamento das vias administrativas.....	511
25.15. Pressuposto negativo de admissibilidade – Inocorrência de trânsito em julgado	512
25.16. Vedação – Reclamação como instrumento processual de supressão de instância	512
25.17. Competência – Plenário do Supremo Tribunal Federal	513
25.18. Preparo.....	513
25.19. Instrução da Reclamação	514
25.20. Inépcia da inicial	514
25.21. Distribuição e relatoria	515
25.22. Informações	515
25.23. Liminar.....	516
25.24. Impugnação da reclamação.....	516
25.25. Vista ao PGR.....	516
25.26. Decisão	516
25.27. Teoria da transcendência dos motivos determinantes.....	517
25.27.1. Análise, em sede de reclamação, da constitucionalidade de lei de teor idêntico ou semelhante à lei que já foi objeto de controle concentrado de constitucionalidade – O pensamento de Gilmar Mendes.....	520
25.28. Possibilidade – A Reclamação nos Estados-membros.....	521
25.29. Reclamação e ação civil pública.....	522

Capítulo 26 – Controle Concentrado de Constitucionalidade nos Estados.....	523
26.1. Introdução.....	523
26.2. ADC, ADO, ADPF Estaduais.....	523
26.3. Legitimidade.....	525
26.4. Competência.....	526
26.5. Possibilidade – Paralisação da RI perante o TJ, prevalência da ADI perante o Supremo.....	526
26.6. Possibilidade – Paralisação da RI perante o TJ, prevalência da ADI perante o Supremo e concessão, nesta ADI, de medida liminar suspendendo a eficácia da norma impugnada.....	526
26.7. Tribunal de Justiça e atuação de ofício em controle difuso.....	527
26.8. Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória.....	528
26.9. Simultaneidade de ações diretas.....	532
26.10. Controle exercido pelo TJ de lei municipal tendo como parâmetro a Constituição Federal.....	538
26.11. Doutrina – Normas estaduais que reproduzem, formal ou materialmente, princípios constitucionais federais obrigatórios para todos os níveis de governo na federação.....	538
26.12. A necessidade de que o modelo de controle concentrado estadual se assemelhe ao controle concentrado federal.....	539
26.13. Desnecessidade de encaminhamento à Casa Legislativa para eficácia <i>erga omnes</i>	539
26.14. Normas constitucionais estaduais remissivas À Constituição Federal – Possibilidade.....	540
26.15. Inexistência de Controle Concentrado tendo como parâmetro de controle Lei Orgânica do Município.....	541
Capítulo 27 – O Controle de Constitucionalidade no Distrito Federal	545
27.1. Introdução.....	545
27.2. Competência.....	546
27.3. Ação direta de inconstitucionalidade distrital.....	546
27.3.1. Objeto.....	546
27.3.2. Regramento subsidiário.....	546
27.3.3. Legitimados.....	547
27.3.4. Inicial.....	548
27.3.5. Impossibilidade de desistência.....	548
27.3.6. Relator e requisição de informações.....	548

27.3.7. A sociedade aberta dos intérpretes da constituição no TJDFT	548
27.3.8. <i>Amicus Curiae</i> no TJDFT	549
27.3.9. A liminar em ADI distrital	550
27.4. A ação declaratória de constitucionalidade distrital	551
27.4.1. Legitimados	551
27.4.2. Inicial.....	552
27.4.3. Impossibilidade de desistência.....	552
27.4.4. A sociedade aberta dos intérpretes da constituição no TJDFT em sede de ADC distrital.....	552
27.4.5. Liminar	553
27.4.6. Quorum de deliberação e de decisão.....	553
27.4.7. Irrecorribilidade da decisão.....	554
27.5. Inconstitucionalidade por Omissão.....	554
27.5.1. Interpretação conforme e declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	554
27.5.2. A atuação do procurador-geral de justiça	555
27.5.3. Controle de constitucionalidade quanto à falta de pertinência temática de emendas formuladas no âmbito do processo legislativo – O Caso PDOT.....	555
27.5.4. Suspensão de processos cuja discussão já se encontra no STF por meio de controle concentrado de constitucionalidade – O Caso TARE ...	555
27.5.5. A reclamação distrital.....	556
27.5.6. Modulação de efeitos no TJDFT	556
 Considerações Finais	 559
 Bibliografia	 561